

Entrevista com Luiz Eduardo Soares Dossiê Segurança Pública e Violência

Esta entrevista foi realizada em 7 de janeiro de 2013, no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo como entrevistadores Paulo Jorge Ribeiro, Marcelo Bauman Burgos, Luiz Fernando Almeida Pereira e Valter Sinder.

Luiz Eduardo Soares é formado em Literatura pela PUC-Rio, possui mestrado em Antropologia pelo Museu Nacional da UFRJ e doutorado em Ciência Política pelo IUPERJ. Foi professor da UNICAMP e um dos fundadores da área de pesquisas sobre violência do Instituto de Estudos da Religião (ISER). Foi pesquisador e professor também nos Estados Unidos, em instituições como o Vera Institute of Justice de Nova York, Columbia University, Harvard University, University of Virginia, University of Pittsburgh e Columbia University. É professor da UERJ e coordena o curso à distância de gestão e políticas em segurança pública, na Universidade Estácio de Sá. Entre sua vasta produção acadêmica, destacam-se *Meu casaco de general: 500 dias no front da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro* (Companhia das Letras, 2000); *Cabeça de porco* (com MV Bill e Celso Athayde, Objetiva, 2005); *Elite da tropa* (com André Batista e Rodrigo Pimentel, Objetiva, 2006); *Elite da Tropa 2* (com André Batista, Rodrigo Pimentel e Cláudio Ferraz, Nova Frontera, 2010); *Segurança tem saída* (Sextante, 2006), *Justiça* (Ediouro, 2011), *Tudo ou Nada* (Ediouro, 2011), entre outros livros e artigos, no Brasil e no exterior. Possui um romance, *O experimento de Ave-lar* (Relume Dumará, 1997), além de produção dramatúrgica e ensaística. Também é um dos mais importantes gestores e planejadores brasileiros na área de segurança pública, tendo sido coordenador desta área no governo de Anthony Garotinho (RJ), entre 1999 e 2000, com também a Secretaria Nacional de Segurança Pública durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Ocupou cargos também nos municípios de Porto Alegre (RS) e Nova Iguaçu (RJ).

P: Formado em Literatura pela PUC, com mestrado em Antropologia pelo Museu Nacional, doutorado em Ciência Política pelo IUPERJ e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade de Virgínia e Pittsburgh, sendo também cronista e escritor. Com esta trajetória, estabelece diálogo que muitos percebem como um antípoda desta própria formação, a questão da violência. Como você consegue, com esta formação totalmente ligada a humanidades, perceber a violência como um campo de análise? Como a questão da violência chega a você?

Luiz Eduardo Soares¹ – Acho que o primeiro risco a evitar é o de atribuir retrospectivamente inteligibilidade a circunstâncias que são fortuitas. Mariza Peirano escreveu sobre isso, o papel do acaso, o tropos discursivo retórico na forma de descrever trajetórias, trajetórias autobiográficas. É uma tentação nossa. E quando nós escapamos a essa tentação, a análise nos remete a ela que, molda outra lógica, certamente, mas, de alguma forma, descobrindo a necessidade onde nós vemos a arbitrariedade do acaso. É claro que algumas alternativas se colocavam porque havia pelo menos afinidades eletivas entre os espaços subsequentes. Então houve rupturas, saltos, surpresas, circunstâncias contingentes, mas houve alguma razão também para que essas rupturas se dessem de certa maneira.

Dois problemas centrais se colocavam desde muito cedo, garoto ainda: a questão da política, que era um imperativo, mas não nos debruçávamos sobre ela. Ela é que se debruçava com suas patas sobre nós, ou a sua ausência, a ditadura, se debruçava sobre nós como sombra e como opressão. Então era imprescindível engajar-se, envolver-se. Acho que esse era o primeiro impulso na minha geração, evidente que não a geração no seu conjunto, mas ao nosso grupo, ao grupo dos estudantes, dos que se mobilizavam politicamente, um grupo muito diverso também, mas unidos por essa comunhão valorativa, emocional, passional. De imediato, se colocava uma questão, e eu antes de vir para a PUC já intuía, percebia ou sabia disso e, chegando à PUC, em 72, em plena era Médici, pude constatar isso diretamente: que já não eram conhecidos ou desconhecidos os que desapareciam, eram os amigos, eram os companheiros aqui mesmo na Vila dos Diretórios.

Então, nós vivíamos de fato sob terror, não é uma expressão exagerada. Era o terror porque os colegas desapareciam para sempre ou, pelo menos, por períodos longuíssimos. Eu me lembro de uma pessoa, acho que nem é bom citar nomes, porque as pessoas trazem essas marcas profundas e às vezes isso tudo se torna uma cicatriz muito dolorosa... Mas uma pessoa em particular, de quem eu gostava muito, que foi barbaramente torturada e depois conseguiu sair para o exílio e eu fui encontrá-la muitos e muitos anos depois, já outra pessoa, nós dois já em outro momento de nossas vidas. Então se tratava de mobilizar os recursos da instituição e de fora com nossos contatos, nós íamos buscar o arcebispo, íamos buscar, aqui na PUC, a direção... A direção era solidária nesses casos, a professora Helena Lewin, a direção da PUC, de uma maneira geral, mesmo não compartilhando os valores e ideologias, se colocava ao lado da vida, dos valores básicos, era uma direção humanista, a gente buscava, então, os seus contatos e nós nos mobilizávamos.

Então nosso dia a dia era menos a construção de um movimento e mais a resistência e a corrida atrás dos que desapareciam. Mas nós estávamos também marcados por divisões que não eram compreensíveis para mim. Havia um totemismo na política, muitos partidos, muitas alternativas clandestinas e eu me sentia, de fato, responsável por uma decisão

¹Devido a compromissos profissionais urgentes, Luiz Eduardo não pode realizar uma última leitura do material aqui apresentado. Consta então esclarecer que algumas partes tiveram de ser editadas para adequar a entrevista ao espaço disponível na revista, o que também envolveu resumir algumas falas de nosso entrevistado. Assim, a responsabilidade por possíveis passagens obscuras deve-se à tarefa de edição, e em hipótese alguma a Luiz Eduardo, reconhecido por sua clareza retórica e argumentativa.

mais consequente, porque a gente estava advogando por uma coisa séria, a vida, a liberdade etc. Então os amigos que iam para o Araguaia... Esse era o caminho correto? A luta armada na cidade? O foquismo? Ou o caminho pacífico, um caminho comprometido com a reconstrução democrática, com a institucionalidade, com a criação das alianças? Esse foi o caminho que eu acabei seguindo depois, me vinculando ao Partidão [Partido Comunista Brasileiro] na sua linha que nós chamávamos “eurocomunista”. E o Werneck [Luiz Werneck Vianna] foi fundamental para mim, era uma figura-chave e foi a pessoa que me recepcionou, a pessoa que eu procurei. Não era o dirigente da base – na época era a colega Vera Pereira, se não me engano – mas era em sua casa que nós nos reuníamos, com Maria Lúcia [Werneck Vianna] etc. Então esse acabou sendo o caminho.

Mas para que esse caminho fosse escolhido eu me sentia na obrigação, na necessidade de entender as diferenças. E entender as diferenças exigia estudar o marxismo, a história, pelo menos a mais recente, o Brasil, a sociedade brasileira, conhecer os métodos de conhecimento alternativos, e isso envolvia sociologia, filosofia, teoria etc. Ou seja, era preciso estudar muito para que essa opção não fosse irresponsável, ou não fosse exclusivamente emocional, mediada pelas relações pessoais. Até porque eu tinha amigos em todas as vias, em quase todas as alternativas. Então eu sentia que era necessário tomar essa medida de aprofundar o estudo.

Eu dizia que havia dois problemas que logo se colocaram para mim: a política e seu enigma que me aproximava de imediato dessa pluralidade de opções, pluralidade esta cuja marca distintiva, decisiva, que talvez identificasse no início mais claramente para mim a sua diversidade, era justamente a relação com a violência, com valores relativos a direitos humanos, com a ética, com a aceitação ou não do princípio maquiaveliano de que os “fins justificam os meios”, com a compreensão de que o ser humano pode ou não ser instrumento na construção de uma finalidade que lhe seja superior, traindo o princípio kantiano do valor da dignidade humana como singular e irredutível a qualquer cálculo utilitário. O princípio kantiano é um princípio cristão, judaico-cristão, religioso, um princípio no qual eu fui criado e acho que boa parte de nós foi. Portanto, já transcendia, inclusive, escolhas. A gente pensa que faz todas as escolhas, mas há escolhas que já foram feitas por nós e nós já mergulhamos no valor, e a partir daí pensamos. Nós sabemos isso na antropologia e, portanto, quando eu penso nesse indivíduo que se constitui como sujeito de reflexão e que estuda para tomar decisão, eu estou construindo uma persona artificial porque em parte isso é verdade, em parte essa persona já está constituída por sua formação. Não é à toa que a política se apresenta como um problema, como um desafio, porque já há um engajamento valorativo anterior.

Eu me definia como comunista desde a minha segunda infância, a partir de cinco, seis anos de idade, por circunstâncias diversas que têm a ver com características que escapam ao nosso interesse. Mas isso, portanto, tinha a ver com a relação com a religião, eu abandonei a religião, mas não abandonei alguns valores. E eles, para mim, estavam associados a princípios religiosos etc., a princípios políticos de imediato.

Disse anteriormente que havia dois problemas: então um era esse, o outro era a questão – forçando a barra e tornando-nos mais inteligentes do que verdadeiramente éramos – da estética em si. É uma maneira formal, artificial, de definir o problema. Eu era absolutamente apaixonado pelas artes, pelo teatro, pela literatura em particular. E isso também era mais forte do que eu. Não era uma decisão, não se tratava de uma questão estética. A questão estética ficou clara depois, para que eu lidasse racionalmente com essa paixão, com essa identificação. E ela seguiu o seu curso. Eu me desenvolvi autodidaticamente na adolescência, mas eu tinha ótimas escolas, apesar da família de classe média muito baixa. Não havia livros na minha casa, mas eu ia, com alguma mesada, formando uma biblioteca a partir do prazer da leitura. E um autor encaminhava a outro etc. E isso me levou a descobrir muito cedo os irmãos Campos [Haroldo e Augusto], li muito Décio Pignatari na adolescência e por aí, claro, ligando à Bossa Nova, ao João Gilberto e ao Tropicalismo, que eu adorava, e ao teatro de vanguarda. Eu fui criado na contramão do realismo socialista e das visões lukacsianas, o que teria muita importância depois, na minha formação política, porque eu aderiria politicamente a um nicho cultural, mas apenas de modo parcial, porque eu recusava postulados que se apresentavam na estética, mas cuja raiz filosófica me conduzia a outros autores e outras fontes. Eu realmente nunca me senti identificado com o Partidão por conta desse tipo de viés que remetia ao CPC e a uma leitura realista, a uma exaltação de certa estética do nacional-popular, que eu sempre rejeitava. Eu era muito filho de 68 mesmo, da perspectiva libertária, e a estética com a qual eu me identificava era muito fortemente vanguardista de Glauber [Rocha], Zé Celso [Martinez Corrêa] e esse movimento do qual eu não participei, eu era muito mais novo.

Esses eram os dois polos: a política e a estética entendida nesse sentido mais amplo. Para concluir esse preâmbulo, para que fique claro esse salto e os pontos, eu cursei a PUC de uma maneira muito peculiar. Tive o privilégio de contar com professores excelentes que compreendiam as necessidades individuais e o que significava a opressão cultural da ditadura. E também, por outro lado, eu devia ser meio arrogante (ou talvez muito arrogante?), aquela coisa da juventude em que você se acha o máximo, se acha ótimo etc., e certamente isso expressa uma insegurança muito profunda, quanto mais inseguro mais arrogante você fica. Então eu imagino que por isso o meu comportamento nas aulas era meio terrorista. Eu lia as coisas que os professores citavam, já estava lendo há muito tempo e então eu dialogava com eles com certo sentido provocador, respeitosamente, mas de certo modo provocador. E aconteceu sistematicamente de os professores me chamarem depois e me proporem um arranjo: “você conhece essa literatura, pelo visto, você tem uma boa leitura disso... vai ser inútil você acompanhar esse curso, você pode aproveitar o seu tempo melhor, vem aqui e faz a prova ou entrega um trabalho, você não precisa ter presença”. E eles se livravam de mim. (risos) E eu então procurava os professores que eu seguia nas palestras e tal, que davam aula na pós e combinei com eles. Eles foram muito generosos e eu devo muito a eles porque me acolheram. Fiz o curso da pós, o mestrado, não fiz a graduação nas Letras aqui. Na graduação eu fazia um curso ou outro, que era aquele que você era

obrigado a fazer, mas os cursos de conteúdo, os mais interessantes, que qualificam a sua trajetória, esses eu tive a oportunidade de fazer logo no mestrado.

Aí chegou um momento em que eu tive que tomar uma decisão: ou a literatura e o teatro, eu estava muito engajado com Regina [Casé], Hamilton [Vaz Pereira], com a instituição do “Asdrúbal Trouxe o Trombone”, um grupo de vanguarda da época e tal, e eu não participei da fundação do grupo, mas estive muito com eles antes da fundação e, depois da fundação eu fui ser assistente de direção do Hamilton. Escrevia os primeiros textos sobre o “Inspetor Geral”, que foi o espetáculo inaugural do grupo. Escrevi na *Revista de Cultura Vozes*, que era uma revista da época, escrevi pra o *Jornal do Brasil*... E percebi o seguinte: que o teatro e a literatura são um sacerdócio, sobretudo naquele momento em que a gente pensava a criação coletiva, as exigências de uma dedicação integral. Era um modo de vida. E a política, também. E a política mais exigente, porque exigiria também, adicionalmente à prática, o estudo, para que eu fosse tomando decisões de forma mais racional, digamos, mais fundamentada. E eu me lembro de que eu passei uma angústia muito grande para tomar essa decisão... Passei uns dias, meses, mas houve alguns dias que isso se radicalizou, até porque o pessoal também me ajudou, me pressionando no bom sentido: “você tem que tomar uma decisão”. E eu decidi estudar e fazer política. Eu achava que era mais importante cumprir esse papel do que seguir o meu prazer. Essa coisa também é muito cristã, judaico-cristã, muito do sacrifício, de submeter-se ao sacrifício. Mas, enfim... Foi por isso que eu segui esse caminho. E por que então a Antropologia?

E aí a questão da violência vai chegando, porque a grande pergunta para mim continuava sendo: que direito nós temos sobre a vida alheia, sobre a liberdade alheia, como é que nós vamos fazer a revolução? Isso que acontece no pós-revolução tem a ver com defeitos de leitura de Marx, de Lênin, tem a ver com imprecisões na aplicação da teoria, tem a ver com perversões que provêm da autonomização da política que se dá também sob a ditadura do proletariado, tem a ver com problemas mais profundos da própria concepção? Será que nós não estamos criando uma máquina de produção de violência, de opressão em algum nível, de poder que envolve sempre também a violência física que depois se autonomiza e se destaca, devorando os seus filhos? E algumas intervenções nos debates que se davam sobre o que acontecia aqui: nós temos o direito de matar quando resistimos? E eu fui criando para mim um diálogo, inclusive com os italianos, e também com amigos aqui, professores, fui definindo um nicho estético-moral para mim, um espaço em que eu pudesse sobreviver, respirar, e eu defini da seguinte maneira: eu acho que a violência é legítima quando é defensiva, quando é uma necessidade para a proteção da própria vida do sujeito em causa ou de inocentes, de terceiros que são inocentes.

Então você pode usar, nesse caso, a mesma violência que se voltara contra você e contra terceiros. É um princípio universal e isso me parecia ser compatível com a minha formação e essa violência dava a impressão de ser “aceitável”. Isso tinha uma tradução política. Os italianos, não sei se eram napolitanos, um autor importante que eu lia muito, – não me lembro exatamente o nome, mas foi um autor que me marcou muito, neogramsciano

–, mas na esfera propositiva ele dizia o seguinte: se nós caminhamos no sentido democrático, se definimos e pactuamos regras de jogo da perspectiva da criação de condições de convívio com espaço para o aprofundamento do saber democrático, com espaço para que métodos de transformação se inscrevam no contrato, inclusive, nós podemos trabalhar na legalidade, no estado democrático de direito, e o estado democrático de direito avançará no sentido do atendimento das necessidades sociais, de redução das desigualdades, e inclusive, de alterações mais estruturais, desde que estejam maduras e que sejam capazes de conquistar hegemonia no sentido de um consenso amplo na sociedade. Nós agiremos com violência resistindo aos golpes da direita, resistindo à resistência antidemocrática e não legalista dos que se arvorarem em ponta de lança do retrocesso, do regresso no caso evolutivo deste tipo. Ou seja, nós éramos pacifistas, mas não no sentido de nos resignarmos com o nazismo ou o fascismo, com o despotismo, as tiranias, nem com os golpistas que porventura se dispusessem a melar o jogo e a romper a ordem democrática.

Mas nós respeitáramos a ordem democrática e seu formalismo, e eu me lembro que o Werneck ajudou muito a compreender alguns aspectos envolvidos nesse debate quando ele criticava a distinção entre forma e substância das instituições democráticas. Uma distinção que era muito comum na ultrasquerda: nós tínhamos a forma democrática, mas não a substância. A rigor, a forma e a substância são indissociáveis, mas isso não quer dizer que nós pratiquemos o que a lei determina. Mas essa institucionalidade não é uma fachada ou uma ossatura que perpetre de modo artificial um conteúdo vivo e independente da sua ordem legal, institucional. Essa legalidade é um patrimônio a ser preservado e dispõe em si mesma de conteúdo, independentemente de ser ou não praticada.

P: Como ocorreu esse processo de percepção da democracia como um valor?

Luiz Eduardo Soares – O aprendizado da valorização democrática sempre foi longo, difícil, doloroso, para quem vem do marxismo e para quem tende a privilegiar sempre a substância e a institucionalidade, mas acho que para alguns o recuo para uma posição que hoje eu diria social-democrata, de um socialismo democrático, digamos assim, o recuo para essa posição que se consolidaria para mim ainda cedo, no final dos anos 70, para muitos se deu em função do entendimento do caso brasileiro, em função de compreensões teóricas. Para mim se deu, sobretudo, por questões éticas e morais, pequeno-burguesas, para assumir essa natureza de classe. Porque aí eu me sentia capaz de militar sem romper as referências de valor e preservando os direitos humanos.

P: Nessa época você já estava no Museu Nacional?

Luiz Eduardo Soares – Ainda não. Eu entrei pra o Museu em 75, fiz a prova para o Museu em junho de 75 e até fiquei muito contente porque tirei o primeiro lugar, eram 89 candidatos, a seleção era muito dura e eu vinha de outra área. Então, para mim era

um superdesafio e fiz disso um grande estímulo. Depois eu seria reprovado no doutorado do Museu Nacional, era o outro lado da moeda. Foi muito marcante também e, vindo de hoje, eu acho que foi superimportante para mim porque a oportunidade de estudar no IUPERJ abriu outras perspectivas de reflexão, de trabalho, o que foi fundamental na minha vida. Mas foi muito doloroso. Essas coisas são narcisicamente importantes, num caso, positivamente, no outro, negativamente. Mas eu entrei para o Museu porque tomei a decisão, vou estudar e “não posso mais estudar literatura”. Não posso mais continuar estudando a estética porque eu tomei a decisão de não escrever, nem fazer teatro justamente para estudar. Pode ser que um dia eu retome isso, mas eu preciso tomar posições no mundo da vida, no mundo da política e eu preciso compreender melhor tudo isso. E o Museu era o melhor espaço, eu entendi assim.

Mas, enfim, nesse momento a questão da violência começa a se colocar para mim como um desafio na opção política e na opção ética. O livro de Trotsky sobre o terrorismo cai como uma bomba para mim, eu me sinto, de fato, num outro mundo. E começo a fazer leituras sobre o socialismo real, me horrorizo e lembro muito da tribo de 68, Foucault etc. Por mais que eu não me identificasse inteiramente com Foucault, eu sempre o respeitei muitíssimo e o admirei. Então ele trazia grandes questões, assim também como Deleuze, Guattari, e eu considerava que essa questão era decisiva. Então estava posta a questão da violência. Não é à toa que depois a minha tese de doutorado vai ser sobre Hobbes, pensando o lugar da força, o lugar do Estado enquanto instrumento de construção de ordem num ambiente anômico da guerra de todos contra todos. A construção da ordem, as relações com a legalidade, com a força e os limites do uso força são e sempre foram chave para mim. É algo pessoal.

Agora, é claro que a vida podia ter tomado um rumo totalmente diferente quando, por exemplo, o professor Roberto da Matta – que era meu professor queridíssimo, que me deu brilhantes cursos, muito inspiradores – e fiz um curso em que ele ministrou ao lado do Tony Seeger, um antropólogo americano, e nós tínhamos que ler, isso já era o charme do Museu Nacional. Nós trabalhávamos muito e nos sentíamos orgulhosíssimos de participar dessa eclésia, dessa pequena elite que era capaz de devorar um livro do Evans-Pritchard em uma semana. E eram sempre dois cursos que nós fazíamos e líamos essas grandes monografias da antropologia inglesa e o Da Matta falava disso como se fosse natural. Vocês vão ler para a semana que vem Evans-Pritchard, Malinowski” ou o que fosse. Foi um curso muito interessante e lá não havia doutorado. Então nós reproduzíamos o doutorado no mestrado. Os professores que vinham dos Estados Unidos ou da França, em geral dos EUA, importavam um modelo e o aplicavam onde trabalhavam, não importava se fosse um mestrado. O mestrado da minha geração, da minha turma, era um mestrado de seis anos, com dois anos de dedicação integral - eu dava aula, me virava -, mas tinha uma exigência pesadíssima; depois, dois anos de pesquisa de campo original e um quinto ano para a redação da tese, que às vezes virava livro. A minha primeira tese virou um livro.

E quando nós estávamos terminando o segundo ano, o Da Matta mandou um recado

pela secretaria para que eu o procurasse; eu o procurei, ele tinha uma surpresa para mim e eu fiquei muito grato a ele desde então. Este foi um momento marcante. Ele disse assim: “olha, eu aceito o seu trabalho de fim de curso como dissertação de mestrado”. Você faz uma introdução e pronto. Aquilo foi narcisicamente gratificante, porque ele gostou muito do trabalho. Era um trabalho sobre o kardecismo no Brasil, particularmente a produção de Chico Xavier e a comparação com o pensamento político e autoritário brasileiro nos anos 30. Eu achava interessante que naquele momento o Chico fosse o autor mais lido pela sociedade brasileira, mais do que Jorge Amado.

Não por acaso, os kardecistas eram, em grande número, militares e positivistas. Não por acaso, Kardec prezava a ciência e não a religião, e seu discurso era esse. Qual o domínio religioso mais próximo do discurso racional positivista? O kardecismo. Então, era os militares brasileiros, a tradição positivista, a aproximação da tradição positivista do kardecismo brasileiro, esse mundo de fabulação, ficcional ou espiritual que o Chico Xavier produzia e os seus ritos com o imaginário político autoritário da época.

Mas, enfim, eu achava que não conhecia economia, eu não tinha lido *O Capital* direito, sabe? O marxismo que eu conhecia não era suficiente. E eu me sentia, portanto, incapaz ainda de merecer esse título. Aí fui conversar com o Otávio [Velho] que, como sempre, como os mestres fazem, devolveu a pergunta ao discípulo, não é? (risos) E eu voltei desesperado para casa, precisava de um apoio. Mas ele me devolveu ao meu abismo e trevas. (risos) E eu acabei decidindo não aceitar a proposta do Da Matta de apresentar o trabalho sobre Kardec como minha segunda dissertação, e segui, porque eu queria fazer um curso mais difícil. O mais difícil para mim era morar no mato, eu nunca fiz acampamento na vida (risos), mosquito era uma coisa impensável para mim e eu precisava estudar alguma coisa muito distante da minha formação. Por exemplo, camponeses na Amazônia. Era perfeito, era o polo antagônico à minha trajetória humanoide etc. E aí fui fazer isso.

Passei como neófito pelo rito de passagem e me senti um pouquinho mais capaz. E essa questão agrária era, ainda é, importante, mas era um superdebate no Brasil, marcava as ciências sociais brasileiras e foi difícil, depois, me afastar porque depois que você escreve um livro sobre o tema, você começa a participar dos debates, é convocado a se posicionar aqui e ali. E no campo o que você encontra no Brasil? Até hoje, não é verdade? Mas naquela época... a violência, a violência urbana era diminuta, se nós usarmos a palavra violência num sentido mais largo, se pensarmos a partir de um crivo mais contemporâneo, era diminuta, mas no campo as pessoas estavam sendo assassinadas por razões político-econômicas, não é? Eram micropolíticas, era o senhor da terra, era quem se apropriava de documentos falsos, manipulava para depois especular com a terra dos grileiros. E eu fui estudar um grupo que tinha resistido com sucesso à grilagem no Maranhão, na região amazônica oriental, que tinha resistido ao processo de expropriação que normalmente vinha com o gado e com os grileiros. E um grupo que apresentava características muito interessantes. Eu sempre tive uma ligação muito forte com a luta contra o racismo, era um grupo negro, então partilhava uma identidade de outro tipo, uma história comum. Era

um grupo extremamente interessante, e eu apostava que a sua capacidade de resistência tinha alguma relação com essa identidade étnica e com sua memória compartilhada, com certa identidade social. Uma certa coesão, inclusive uma certa estrutura organizacional que provinha dessas características sociais e culturais. E era uma maneira de fazer uma passagem, de trazer essa questão cultural para o centro, essa questão da política e do valor. Era uma maneira também de mobilizar essa problemática. Pouco depois, eu começo as pesquisas nos anos 80, e qual é a questão que se impõe no Rio de Janeiro? O desenvolvimento da violência...

P: Foi nesse momento que se começou a conceber o GT sobre violência da ANPOCS?

Luiz Eduardo Soares – E aí, para puxar um pouquinho adiante e encerrar – porque passada a violência, que é o tema tradicional, um tema nobre das ciências sociais nas suas várias formulações, e que foi e continua sendo estudado no Brasil –, [vamos] passar daí à questão da política pública relacionada a isso que se convencionou chamar de segurança pública. Essa é que é a transição que eu acho mais significativa e ela se deu por conta do compromisso político, dessa necessidade que eu sempre senti de transformar a observação e a crítica em um compromisso prático. Até porque a incidência do intelectual nesse debate no Brasil é muito grande, a gente sabe que essa é uma característica importante que nos beneficia ou pode nos beneficiar se nós desejamos exercer algum tipo de influência, de colaboração com uma linha de trabalho. E me parecia, portanto, insuficiente a chave denunciante, ainda que indispensável, esse tom unilateralmente crítico, desconstrutivo.

Eu achava que era importante pensar se nós, em política, pensávamos as alternativas ao regime autoritário, à ditadura, se pensávamos a democracia e suas possibilidades, se no regime econômico nós imaginávamos algumas alternativas na organização social. Nós, como representantes de uma tribo que se identifica com a tradição da esquerda, guardadas as críticas, acho que tínhamos a obrigação de apresentar para o país uma proposta que trouxesse a marca dos nossos valores relativa a essa área nas políticas públicas. O que seria uma política pública de esquerda democrática na área de segurança com instituições policiais que existirão enquanto existir Estado e, portanto, serão parceiras de longa travessia, enquanto houver leis, contratos regidos por instituições desse tipo? Teremos um braço capaz de empregar a força de modo comedido supostamente de acordo com essa regra do jogo de poder? O que nós temos a dizer sobre isso? Como essa força deve ser empregada e que instituições serão essas, como elas deverão ser organizadas, administradas, formadas, qualificadas, controladas, que riscos potenciais existem aí? Nós temos que lidar com isso. Mesmo porque se não fizessem bem – e podem fazer –, podem fazer muito mal, como têm feito. Então este constitui um problema extremamente sério.

Uma historinha para terminar essa longa resposta: eu estou com o Lula, lá no Jardim Ângela, em São Paulo, em 2001, um ano antes da campanha presidencial (eu tinha saído para um asilo, voltei, fui para o Sul, voltei para o Rio só depois), e o Lula me convidou para

ajudar a coordenar, montou um grupo com quatro coordenadores de um Plano Nacional de Segurança Pública e eu era um desses quatro. E nossa tarefa era não só escrever, como buscar entre colegas e profissionais e representantes da sociedade sugestões para compor esse Plano. E nós fazíamos então seminários, audiências públicas. E eu dei a ideia de nós fazermos na área mais violenta do país até então, que era o Jardim Ângela, na periferia de São Paulo, isso mudou completamente. E o Benedito Mariano, companheiro dessa coordenação, achou uma ótima ideia e mencionou uma igreja e um padre cujo nome agora me escapa, mas que era uma figura muito querida, respeitada, conhecida, que se disporia a ajudar. O Lula adorou a ideia. Nós fizemos num sábado de 2001 uma audiência pública nessa igreja. Você pode imaginar como havia gente, porque o Lula já era o Lula, uma grande liderança, então a mobilização foi muito grande. Muita gente ficou fora da igreja, não tinha telão lá, mas microfones que amplificavam a voz e tal. Eu estava sentado lá no lugar que seria uma espécie de altar, mas que foi substituído por uma mesa. Eu, o Lula, o Mariano, Roberto Aguiar, Biscaia, e o padre eu acho... Até que uma hora e tanto depois, as pessoas estavam falando e nós ouvindo, já que elas eram convidadas a falar. Aí o Lula cochicha assim pra mim: “Luiz Eduardo...” - daquele jeito dele. Eu vou eliminar aqui os verbos, advérbios e adjetivos impróprios e vou traduzir: “Luiz Eduardo, eu não aguento mais, esse pessoal aqui só fala de polícia. Não é possível não ter ninguém falando de emprego, educação. Eu não aguento mais”. E eu falei pra ele: “Lula, sabe por que esse pessoal só fala de polícia? Porque você, que é o maior líder popular desse país, nunca falou de polícia. E polícia, para eles, é questão de vida ou morte. Para eles e para os filhos deles; para chegar vivo ou não em casa; para procurar emprego tem que estar vivo, para se alimentar idem. Para se alimentar, se você está com fome, dá-se um jeito, salvo em situações muito extremas, mas diante da polícia armada e do que tem acontecido aqui, ou dos outros armados, além da polícia, você não pode fazer nada. A gente tem que ter justamente isso”. Eu acho que esse é o retrato perfeito da nossa esquerda. E daquela esquerda que venceu, que chegou ao poder, que está se reproduzindo, se perpetuando no poder. E que continua basicamente com essa postura.

P: Antes de a gente entrar mais a fundo nessa questão bastante contemporânea e com toda a sua trajetória nessa discussão sobre segurança pública, mas pegando um pouco a sua trajetória pessoal, acho que um tema que nos interessa, e que certamente interessará aos leitores imaginários desta revista, que são alunos, estudantes de graduação, pós-graduação, chama muito a atenção como você reconstitui a sua trajetória e tenta dar sentido a ela. É que o campo das ciências sociais não é exatamente um campo, é um lugar de comunicação com a política. E é interessante quando você falou até em profissão. Em algum momento muito específico você disse: “eu achava aquele caminho muito fácil para mim e que para eu me profissionalizar, eu precisava de um tipo de desafio”. Eu, se entendi bem, acho que você falava dessa experiência de campo no Maranhão. Tentando colocá-lo de volta lá no final dos anos 70 e início dos 80, como era a percepção dessa atividade e em que medida

ela era pra você uma profissão efetivamente? Se tornar um cientista social ou um antropólogo?

Luiz Eduardo Soares – Isso é muito interessante, não era uma questão, em absoluto, nós tínhamos ojeriza, por exemplo, ao adjetivo acadêmico. Se você quisesse xingar um colega, você dizia: “você está parecendo um acadêmico”, “esse pensamento é muito acadêmico”. Isso tinha a ver também com Augusto, Haroldo e Décio Pignatari, Hélio Oiticica e o movimento das artes de vanguarda pela margem. O grande adversário da arte, para nós, arte que valia a pena, era acadêmico, era congelamento, eram as gramáticas, as disciplinas, os códigos. Bem na perspectiva dualista vanguardista. Nós vivíamos o espírito de 22 e 68, o espírito tropicalista da ruptura, nós falávamos por manifestos, não é? (risos). E a ideia de nos profissionalizarmos na área do estudo e da reflexão não fazia sentido, se não instrumental. Inclusive as distinções não faziam muito sentido para nós. O antropólogo, o sociólogo, o estudante de literatura, fazia sentido para mim na medida em que eu precisava ser aprovado no outro curso. Mas estudar Lévi-Strauss era de meu interesse. No mestrado eu me dei bem de início no Museu porque no mestrado eu estudava literatura, muito Lévi-Strauss.. O estudo no Museu Nacional tinha como marca o pluralismo, que era um espaço multidimensional e multidisciplinar na sua origem. Então nos remetia à linguística a todo tempo, eu me sentia muito próximo, estudei linguística, fonologia, e Lévi-Strauss era uma referência. Semiologia, semiótica, chegando ao Chomsky, não o político, mas o da gramática geracional, e depois o pragmatismo de Searle e, sobretudo, de Austin, a filosofia da linguagem pragmática. Esse era o nosso campo e nós estávamos discutindo a narrativa, a crise da representação viria logo depois, mas nós estávamos lendo..., o Silvano Santiago estava estudando Derrida numa perspectiva distinta, mas os embates eram Lacan, Derrida, Foucault e Lévi-Strauss. Marx era uma referência. Portanto, a nossa questão não era disciplinar e a profissionalização se deu por uma espécie de circunstância durkheimiana de fato, no sentido de que a totalização do social ou a imposição do fato social se abateu sobre a vontade. Eu precisava pagar contas no final do mês, eu tinha que sobreviver. O mundo diante de mim era o mundo do trabalho, da sobrevivência.

Então foi necessária a profissionalização e ela se deu aos trancos e barrancos. Inclusive porque, na época, não havia concursos. Eu tive um azar muito grande porque no meu período não havia concursos para as universidades públicas, que era o nosso sonho dourado. Então eu fiz o percurso marginal das faculdades isoladas privadas, que era uma novidade à época, que explorava a força de trabalho intelectual de forma espantosa a ponto de nós não termos contrato, se não para o cumprimento de uma jornada. Então, por exemplo, “nesse semestre houve alunos, aí você está contratado para dar x cursos”.

Só consegui uma mínima estabilidade que pudesse, inclusive, me conferir alguma identidade profissional, até de fora para dentro, quando eu entrei para a Unicamp, em 1983. Houve duas oportunidades, pela primeira vez em 83: o concurso para a UFF e este, para a Unicamp. No concurso para a UFF eu fiquei em segundo lugar, a Ângela Maria Castro

Gomes ficou em primeiro, porque eu não tinha mestrado defendido e ela já era doutora. Ela tinha um currículo muito melhor que o meu, mas de qualquer forma fomos qualificados. Mesma nota, eu fiquei em segundo lugar, mas me chamaram também. Eu consegui passar para a Unicamp e lá tinha pós, na UFF ainda não. Eu achei que valia a pena ir para a Unicamp e lá passei cinco anos, e depois fui pro IUPERJ. Mas aí que a profissionalização efetivamente se dá porque enquanto você está buscando aulas, enquanto você vive essa insegurança, o que você faz? Você aceita todas as aulas que couberem no seu dia porque você não sabe o que vai acontecer.

P: Luiz, você convive em dois lugares, na academia e, ao mesmo tempo, atua na gestão pública, passando a ocupar lugares importantes para a segurança pública aqui no Estado do Rio. Querida que você fizesse uma reflexão sobre essa relação do professor, do intelectual, do acadêmico, do pesquisador, que tem uma obra, um conhecimento, uma *expertise*, um equipamento técnico, do trabalho de campo, da etnografia, das pesquisas e de inúmeros trabalhos com o exercício da política, da atividade gestora mesmo, de implementar políticas públicas de segurança para tentar conter a violência. Então tem a experiência aqui do Rio de Janeiro, como secretário de estado, e a experiência do governo Lula, como Secretário Nacional de Segurança Pública. Eu queria que você falasse como o acadêmico, o intelectual vai parar no front da gestão pública, especificamente para tratar da segurança, que é um tema que tem todos os seus percalços em relação, por exemplo, a questões eleitorais, como você colocou agora com o governo do Espírito Santo etc. Então eu queria que você falasse da sua vida como intelectual e gestor também.

Luiz Eduardo Soares – Tem uma entrevista que eu cito porque ela é pouco conhecida e é uma oportunidade de divulgá-la. E está republicada no meu livro *Legalidade libertária*, publicada em 2006. Lá eu trabalho em profundidade esse tema e os dilemas associados a ele do meu ponto de vista, mais até como testemunha. Acho que, em primeiro lugar, não há uma continuidade, não são propriamente dois campos homogêneos, contínuos, autocontidos. Há muitas sobreposições, mediações entre os dois campos e no interior de cada um há também muitas distinções, muita heterogeneidade. De um lado, a instituição pública, de outro, as ciências sociais e a prática acadêmica. Na universidade muitas vezes nós somos levados a participar da administração e às vezes até sobre decisões de política pública da educação e isso nos aproxima de reflexões, de informações, de necessidades de prática do nosso dia a dia. Que não são muito diferentes, dependendo do objeto, da natureza, da escala, de um reitor de uma grande universidade pública, que tem uma responsabilidade colossal maior do que a de prefeitos de muitas cidades. E é parte de sua vida acadêmica ainda que ela apresente características à parte. Tanto que quando apresentamos memoriais ou quando há avaliação em concursos, a administração é valorizada como parte da sua contribuição enquanto profissional.

De modo que, em primeiro lugar, eu acho importante que nós evitemos a reificação dessa

dicotomia, já que eventualmente ela se coloca. Porque senão nós vamos ser tentados a pensar em termos de pensamento e prática. A distinção entre o pensar e o fazer de fato é uma questão que acompanha toda a história da filosofia e das ciências sociais e há, inclusive, todo um campo de conhecimento que busca evitar até a própria distinção, mas isso já envolvendo uma série de consequências e pressupostos, pensando o próprio pragmatismo ou no caso da linguística ou na filosofia da linguagem também.

Mas considerando que há distinções certamente, já que são desafios diferentes, eu diria que, não sei se posso generalizar, mas eu não consigo ir ao cinema aposentando o que eu aprendi na antropologia ou no laboratório de pesquisa. Ou as questões políticas sobre as quais discutia pouco antes na sala de aula, ou em casa, ou na rua. Eu vou ao cinema, saio do cinema, tenho aquela experiência que tem a sua peculiaridade e recepciono o que eu vejo com as estruturas do meu entendimento, que dialogam com as diversas referências e códigos. E eu acho que nós aprendemos no dia a dia, como observadores da nossa própria vida, um pouco mais sobre o nosso ofício, como cientistas sociais. Quando vivemos integralmente, apaixonadamente o que fazemos, o que estudamos, isso muda a nossa vida, que está presente sempre, às vezes até de uma maneira inconveniente, porque somos muito autocríticos e há sempre uma dimensão metalinguística acompanhando a nossa experiência imediata. Dificilmente abandonamos esse superego que construímos e com o qual dialogamos; que pode ser fonte também de inspiração e prazer. Quando você está atuando por um tempo e você sabe que por um tempo essa é a oportunidade da sua vida, uma porta se abriu, você pode dar um passo aqui, tentar colocar em prática o que você vinha sugerindo, pensando “será que é possível isso?”, veja como aconteceu no Rio.

Foi o que eu desejava quando me envolvi na campanha do Anthony Garotinho em 99, lembrando que os alunos que vão ler vão ficar horrorizados e com razão. A imagem hoje do Garotinho é a pior possível, ainda bem, porque ele merece essa recusa, essa crítica. Mas naquele momento ele era o candidato do PDT apoiado pelos partidos de esquerda em uma frente ampla. Do outro lado, representando a direita, o conservador Cesar Maia. Eu tinha sido convidado pelo Cesar Maia, através de um amigo comum, para um encontro no início do de 98, por acaso. Eu não sei por que ele me convidou, mas achei simpático. Eu o respeito; inclusive, como formulador, ele é uma pessoa extremamente inteligente. Já disse a ele, pessoalmente, que lamentava muito que ele não estivesse no meu campo. Acho que ele seria uma liderança importantíssima no meu campo, no campo com o qual eu me identifico, com os meus valores. Eu lamentava que não pudesse contar com ele, já que ele é um grande quadro. Naquele dia, ele queria falar e eu pensei “ótimo, quero ouvir”. E eu saí horrorizado, não com ele, que é uma pessoa agradabilíssima e extremamente inteligente, mas horrorizado com a visão que ele tinha de segurança pública e com o que ele pretendia fazer no governo, com as convicções dele, com as certezas com que ele tratava temas muito complexos. Eu fiquei realmente horrorizado.

E quando então surgiu a oportunidade de conhecer o Garotinho, eu tinha a convicção de que era muito importante, fundamental, derrotar Cesar Maia e as pessoas que ele tra-

zia consigo. E ele me disse quem eram essas pessoas, me refiro a policiais. Havia até uns quadros muito bons, uns jovens que estavam se aproximando, que ele os atraía, mas havia outros antigos, com um passado não recomendável, no meu ponto de vista. Era muito assustador. Apesar de bons componentes nesse grupo, havia o predomínio de um pensamento e de uma prática horrendos. Então, quando surgiu o convite para conversar com o Garotinho, intermediado por um deputado do PCdoB, Edmilson Valentim, que era presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, por isso eu tinha relação com ele, porque sempre estávamos envolvidos nas questões de direitos humanos e tal. Quando ele pediu para eu encontrar o Garotinho, eu disse: “Claro, tudo bem, eu converso, já conversei com gente de todas as ideologias, não tem problema nenhum em conversar, é muito bom conversar, se eu puder dar alguma contribuição”. A relação foi muito bem, a coisa avançou e eu me engajei na campanha.

O discurso sobre segurança pública foi surpreendente e isso desestabilizou Cesar Maia e sua campanha, que começou com um chavão que nós já estávamos esperando. Qual era esse chavão, o mantra conservador? Arrastão dos negros correndo atrás dos brancos na praia, com o nome de Brizola ao fundo e a qualificação de desordeiros, criminosos etc. Desordem, Brizola, Garotinho e as imagens eram aquelas. Pessoas correndo, soando a balbúrdia, confusão, anarquia e o discurso mais previsível, aquele discurso conservador simplificador. E nós precisamos de qu? De uma mão dura, daquela coisa de “vamos retomar as rédeas, Brizola significou o caos e esse jovem que o segue vai trazer mais anarquia, mais caos e nós vamos trazer a ordem etc.”. E o que o Cesar Maia imaginava? Que, como sempre, a esquerda tergiversasse. “Eles vão falar de coisas importantíssimas, é claro, mas não vão tocar nesse assunto, porque eles vão estar na defensiva quanto a este assunto e porque não é a praia deles” - eles pensavam. E nós o surpreendemos.

No primeiro programa, o Cesar Maia dizia: “eles não vão falar disso, eles não têm o que dizer, eles sabem que vão trazer o caos, eles vão desviar a atenção”. E nós começamos: “o Rio de Janeiro precisa entender que não haverá segurança pública sem respeito aos direitos humanos e à legalidade democrática, e não haverá respeito aos direitos humanos e à legalidade democrática sem segurança pública eficiente que cumpra o seu dever. Para isso, nós precisamos de uma reformulação muito profunda nessa área e não é com repetição da brutalidade policial, não é com repetição das velhas práticas e dos velhos discursos que nós vamos construir essa ordem alternativa. Ao contrário, isso tem levado à degradação as instituições. Há caminhos civilizados e democráticos para fazer isso”, e nós falávamos disso em todo programa, falamos em outros temas, mas focalizando a segurança pública. E o Cesar Maia continuava. Quando ele tirou do ar esse caminho, o Garotinho já tinha quase empatado com ele, porque ele falava de um oponente que ele idealizara, que ele supusera, que ele fantasiara, e que não era real. Então ele começou a dizer nas rádios, nas entrevistas: “ele está ligado aí a um professor universitário, uma pessoa de esquerda, ligada aos direitos humanos e vocês podem imaginar que esse sujeito possa vir a ser um secretário? Nós estamos perdidos”.

Quando comecei a participar do dia a dia da campanha do Garotinho, e esse discurso progressista, democrático começou a se afirmar, eu e as pessoas próximas dividimos um sonho. Qual era o meu sonho? Fazer uma pesquisa interna, de bastidor, então eu combinei com o George Marcus, um querido amigo que organizava uma coleção da Universidade de Chicago. Ele tinha me convidado para escrever um livro para lá, veio ao Rio, até para a UERJ, e a gente ficou conversando ali e eu disse: “George, eu acho que eu já sei qual vai ser o livro. É possível que eu venha a ter acesso aos bastidores. Então, veja que interessante: descrever essa área de segurança pública de dentro, ver como essa máquina funciona de dentro, com os conflitos, as instituições, as tomadas de decisão, os processos etc. Isso pode ser interessantíssimo. Nunca ninguém passou para o outro lado do espelho. Talvez eu consiga. Eu tenho uma boa relação com esse candidato. Se esse candidato vencer, a única coisa que eu vou pedir a ele, e que sempre que tenho a oportunidade eu já insinuo, é que ele me permita fazer uma observação participante”. Eu tinha esse sonho.

Quando o Garotinho venceu, eu estava certo de que iria funcionar essa história. E eu falava com ele sobre isso, ele despistava; eu achava estranho aquilo. E pensava: “será que ele agora vai me puxar o tapete, não vai me autorizar?” Mas não era isso, ele tinha outros planos, ele estava querendo que eu participasse do governo. Nunca tinha me passado isso pela cabeça. E quando surgiu, todos os amigos e família foram contrários. Eu tinha trabalhado na polícia como assessor do coronel Carlos Nazareth Cerqueira, saudoso coronel Cerqueira – que não se confunde com general Cerqueira, pelo amor de Deus – e eu acompanhei um pouco por dentro o trabalho policial, fiz pesquisa com polícia em Nova York até a pedido do coronel Cerqueira. Então eu já tinha certa experiência de convívio. E quando a gente faz pesquisa muito tempo, você conhece as pessoas e compartilha aquilo no dia a dia. Mas era muito diferente assumir o prosclênio. E eu resolvi topar.

E quando entro no governo, trabalho o tempo todo refletindo com os amigos e companheiros sobre o que estava acontecendo, aquilo toma a vida da gente de forma plena, analisando, entendendo. Quer dizer, não é o Luiz Eduardo não-antropólogo que de repente desencarna e vai agir naquele momento; é uma pessoa que tem uma história humana, política, afetiva, psicológica e tem a sua formação e que está olhando e fazendo tudo a partir daquela formação.

Então a antropologia e as ciências sociais estiveram presentes desde o primeiro momento. Isso para mim é muito claro. Por exemplo, a posição diante da mídia e da sociedade: era um absurdo a maneira tradicional e eu quis testar a nova forma e tinha a absoluta certeza que funcionaria, e funcionava. Eu escrevi sobre isso também em um livro, sobre a forma de tratar vários e vários temas, trazer os temas, como a luta contra a homofobia, criar um núcleo de políticas contra a violência doméstica, a violência contra a mulher, trabalhar questões que não eram questões nobres da segurança pública, envolver os policiais contra a homofobia com todos os movimentos GLBT que na época já havia. As incursões que nós começamos a fazer, mudando a relação com a favela, criando o Mutirão pela Paz, a nossa tentativa de fazer o que a UPP consolidou depois com apoio político, as Delegacias

Legais... A ideia de que nós tínhamos que publicar dados e que isso tinha que ter transparência, o Rio continua sendo, até hoje, o único estado que fez isso.

A ideia de áreas de ação policial que seriam em múltiplos setores censitários – porque senão você não pode ter informação pertinente e, portanto, um dado absoluto da criminalidade – não faz sentido nenhum porque é incomparável. Como que você vai gerir assim? A informação e o conhecimento chegavam aí. E isso nós sabíamos fazer em pesquisa com os pobres profissionais devotadíssimos lá da área de planejamento da polícia civil que estavam nisso há anos, eram pessoas muito sérias, trabalhadoras e dedicadas. Três meses depois, você tinha na mesa do secretário um quadro com anotações que eram totalizações. Capital, baixada e interior. Isso não quer dizer nada, absolutamente nada. O que você vai fazer pela gestão três meses depois? E com esse nível de desagregação? Como é que você faz para ter na mesa do secretário e criar mecanismos de gestão uma informação em tempo real tanto quanto possível? Você tem que informatizar e organizar. Enquanto você não informatiza, não cria um banco de dados e uma rede de Delegacia Legal, você tem que fazer um sistema rápido. Tentamos um fax. E aí o oito é igual ao três, o nove fica igual ao cinco... Uma confusão dos diabos! Não funciona. Era um desespero, porque os dados são uma questão-chave para nós. Treinar as pessoas para que isso se dê já para o orçamento. Tentar aplicar a ideia de gestão fazendo um diagnóstico com avaliação, monitoramento, planejamento. Questões absolutamente triviais em burocracias, não os profissionais, no sentido técnico, acabavam sendo burocracias inicialmente conduzidas por outras dinâmicas, por outras inércias. É inacreditável a situação que se encontra. Para você saber a taxa de esclarecimento de crime, você tinha que contar com a universidade de dez em dez anos aportando alguma informação que seria imprescindível supostamente para a gestão. Quando você pede, já em 2003, quando eu pedi, para o secretário nacional, em cada estado, um relatório com avaliação do desempenho policial, eu recebia relatório de atividades: “apreendemos tantas toneladas de drogas, tantos milhares de armas e prendemos tantas pessoas”. O que isso quer dizer? E daí? De que maneira isso responde a que, com que propósito e de que forma isso é relevante ou não, enfim. É o nível de irracionalidade regido pela inércia do poder público com a paralisia política total.

Afora a brutalidade como cultura corporativa, o desrespeito aos negros e pobres, os assassinatos, a execução extra-judicial que nós tratamos como questão-chave e educativa. Muitas lutas foram travadas aí. Se nós não fôssemos estudiosos da história do Brasil e cientistas sociais, como é que nós desencavariamos a ideia do grupo executivo? Era preciso dar continuidade à política das Delegacias Legais. Elas hoje estão aí quase todas, umas duas dezenas, integradas em rede, transformadas etc. Isso é um mecanismo que nunca foi implementado para a gestão que pensa na cultura corporativa. De toda maneira, as ferramentas estão disponíveis, o que é único no país. Se alguém resolver utilizar o boeing efetivamente para voar, vamos ter saltos de qualidade extraordinários.

De qualquer forma, isso é um caso raro no poder público brasileiro, particularmente no fluminense. Um projeto que atravessa rompimentos políticos de toda ordem e que fica em

funcionamento por treze anos. Pra fazer isso, tem que tirar da máquina pública. Como que Juscelino construiu Brasília e Brizola fez os CIEPs? Você tem que criar um apêndice, uma alça e liberá-la dos constrangimentos da máquina pública e dotá-la de um compromisso legalizado, formal e, nesse caso, continuado. E é preciso um profissional para gerir tudo, e isso tem que estar abrigado politicamente e também institucionalizado, ser regido por uma lei. Nós criamos um grupo executivo de Delegacia Legal que é conduzido até hoje pela mesma pessoa, o Cesar Campos. Eu tive o prazer de ir à Coppe participar da banca de defesa dele agora. Ele escreveu sobre esses treze anos de experiência. E é muito raro, é interessante os quadros que ele mostra porque nós dizíamos: “isso é uma unidade policial, não é uma unidade de encarceramento e nem uma unidade burocrática de processar papel. Ela deve se dedicar à investigação, é assim que se define”. Em cada delegacia, havia, além do cárcere, o setor de investigação. Mas esse setor tem que ser a delegacia inteira. O cárcere não pode ser desumano e absurdo e os policiais agiam como carcereiros em desvio de função. Vão receber o cidadão como? Os casos eram além da degradação física. Eram 64 livros por delegacia, reduzimos para seis, pensando sempre na circulação da informação, na impossibilidade de adulterá-la, ela podia ser aditada, mas não deletada. O banco de dados tem que ter toda a segurança e as características mais avançadas. Então nós chamamos a UFRJ, as pessoas mais qualificadas na época, a Coppe para ajudar a pensar; o modelo arquitetônico tem que ser original e tem que ser comum. Enfim, toda essa ideia de que a estrutura organizacional serve a uma finalidade, mas carrega consigo valores e que a identidade vai se construindo não com aulas teóricas, mas com práticas renovadas. Ou o contrário: o que é cientista social? Nós sabemos que não vamos mudar a cabeça de ninguém em um, dois ou quatro anos. São forças culturais que atravessam décadas, mas nós sabemos, também pelas ciências sociais, que se você não muda a sensibilidade, o valor, as ideias, você muda a prática para essas instituições.

Então, quando me perguntavam sobre homofobia ou práticas racistas, por exemplo, se iríamos mudar a cabeça das pessoas, eu respondia que eu adoraria que eles mudassem, mas eu não tenho nenhuma pretensão em tentar alcançar esse objetivo tão elevado. Não está nas minhas forças ou no campo do meu poder, mas eu posso mudar a prática. Isso é uma instituição. Há que haver mecanismos de controle. E nós vamos cobrar isso amanhã. Se o seu espírito continua racista e homofóbico, a sua prática vai mudar amanhã. E até vamos esperar que, como dizia Pascal, “ajoelha-te e acreditarás”, quem sabe essa prática reiterada altere até a sensibilidade. Mas não é preciso esperar a mudança da sensibilidade para alterar a prática, para isso existem as instituições. Em todas as áreas, a ideia do que priorizar, como organizar e sistematizar, como é que a sociedade... Isso tudo, eu acho que era trivial para nós e era inovador para quem era regido pela inércia burocrática porque a transição democrática foi negociada e nós nunca de fato atualizamos essa área, no sentido de adaptação ao ritual democrático, e a falta do ritual de passagem.

Se foi indispensável para realizar naqueles termos, deveria ter lugar, em algum momento, de outra forma, mesmo que isso fosse feito com algumas limitações, por exemplo, do

ponto de vista do julgamento, da condenação dos torturadores e assassinos. Hoje eu vejo como uma perspectiva muito interessante e promissora a Comissão da Verdade. A questão para mim não é a condenação, é o restabelecimento da verdade. Nós sabemos que verdade tem sentidos diversos, mas enfim, eu acho que é inaceitável que o país continue convivendo com a hipocrisia, com o vocabulário evasivo com que até hoje a austeridade lida com os horrores do passado da ditadura. Chega ao ponto de general ir à televisão para afirmar que não houve tortura, não houve desvio de conduta. E o intelectual que fez então esse brilhante documentário questiona esse general e diz: “a própria presidente foi torturada”. E ele diz: “isto ela diz!”. Quer dizer, nós estamos vivendo tantos anos depois da constituinte, 25 anos agora, ainda com a possibilidade desse discurso informando as novas gerações militares. Vocês acham que isso não teve um impacto profundo sobre as polícias, particularmente sobre a polícia militar? Sobre as estruturas corporativas de uma parte do Estado que permanece presa ao passado? Que mantém uma linha de continuidade? Então as mudanças de práticas de organização, de formação, de educação são muito importantes. Eu acho que qualquer pessoa da área de ciências sociais têm muito a contribuir e essa distinção entre os campos, então, para mim é muito relativa. Assim como escrever depois *Meu casaco de general* foi como se eu estivesse fazendo um depoimento e, por outro lado, fazendo a minha etnografia, engajado na minha etnografia.

P: E suas outras experiências no campo da administração da segurança pública? Como você pode tentar avaliá-las?

Luiz Eduardo Soares – Isto é muito importante também. Eu me esqueci de mencionar um aspecto muito importante. Eu participei da gestão da União, do estado e do município duas vezes. A lição que eu extraí disso é a seguinte: há um tema urgente pra geração de vocês – eu já não tenho mais tempo para fazer isso – que é a ingovernabilidade do Estado com o atual modelo legal administrativo. A legislação administrativa, o direito administrativo que resulta da tradição democrática cria um panóptico voltado para si mesmo que inviabiliza a gestão. Então você pode ser contra a terceirização o quanto você quiser. Se você assume uma responsabilidade, ou você terceiriza, ou não interessa. Ou renuncia. Ou é cúmplice da imobilidade e da desgraça social etc. É impossível governar com o arcabouço legal administrativo de controles que não tem impedido corrupção, mas tem inviabilizado a máquina pública. A iniciativa privada, então, nada de braçadas. Se você quer estabelecer alguma comparação e fazer com que o Estado assumas suas responsabilidades com eficiência, você tem que dotá-lo de mecanismos diferentes. Não basta falar em vontade política ou incapacidade do governante. O governante mais capaz não vai conseguir executar. É uma defasagem extraordinária. Porque não se trata de vontade, nem de visão, nem de compromisso. Os mecanismos de controle são absurdos, são a tradição ibérica transplantada ainda para nós, com a ilusão de que nós criaremos transparência e controle.

Quem tem compromisso de gestão em Nova Iguaçu e tem que reformar um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), como eu tive durante algum tempo, se precisar gastar mais de oito mil reais, vai ter que seguir um procedimento que com muita sorte e eficiência vai te dar um resultado prático em seis, oito meses. Então você tem que fazer a obra abaixo de oito mil reais. Mas nem sempre é possível. Então alguns gestores que estão hoje condenados pela justiça fizeram o que? Alguns exageraram porque tinham más intenções, porém outros dividiram em valores inferiores a oito mil para prescindir da licitação. Às vezes isso é indicio de corrupção. E às vezes é desespero para produzir resultado. E licitação é um engodo, uma farsa, um teatro. E nós continuamos falando de licitação como se fosse uma garantia do oposto da não licitação. “Não licitação significa corrupção. Licitação significa o jogo justo, transparente.” Isso é uma farsa, um jogo. Todo mundo sabe que as empresas se arranjam, fazem o seu “Tratado de Tordesilhas” e depois participam da farsa e do teatro. Nós temos que pensar de outra maneira, menos preocupados com o controle e mais preocupados com voto, transparência, com o exercício da crítica e o resultado. Eu queria dizer isso porque eu acho que essa é a grande tarefa para o Brasil ser viável como nação democrática etc.

P: Pensando na formação de uma espécie de campo que articula o político e o acadêmico, que balanço você faria desse processo – da articulação da universidade com as instituições, com os profissionais de segurança pública. Que leitura você realiza desse processo?

Luiz Eduardo Soares – Eu me lembro de um artigo muito simpático e fraternal do Glaucio Soares quando eu tinha acabado de deixar o governo do Rio. Ele dizia que isso que é tão inusitado e que foi tomado como chocante, indesejável e absurdo por muitos policiais de uma linha mais tradicional, que inclusive me rotularam durante muitos anos, acho que até hoje, pra minha alegria, como políciólogo, como se isso fosse um demérito, eu acho que é uma boa classificação. Mas o Glaucio dizia que no futuro isso se tornaria completamente normal, usual, como em outros países, em que a universidade participa e contribui pra todas as áreas e isso seria muito bem visto, bem recebido e estimulado. E seria até desejado sob todos os pontos de vista. Não é assim ainda, entretanto, e o Glaucio tem razão, eu tenho essa esperança, essa convicção. Mas ainda não estamos lá. Houve muito avanços, mas não estamos. Roberto Kant de Lima teve muita dificuldade em discutir a possibilidade de uma graduação em segurança pública porque havia aqueles que temiam, que não viam com bons olhos a presença de policiais no campus, ainda que como estudantes? Então essa resistência existe ainda dentro das polícias e dentro da universidade também. Há um grande campo a percorrer. Ainda há aqueles que, numa perspectiva leninista de *O Estado e a revolução*, identificam os aparelhos do Estado, sejam ideológicos, sejam coercitivos, como diria Althusser, como instrumentos a serviço da dominação e que, portanto, servem apenas à reprodução do domínio de classe. Então não haveria rigorosamente mais nada a fazer senão mudar a natureza do Estado com a revolução. E a

boa pergunta que resta é: como funcionará, ou como funcionou a polícia na ditadura do proletariado? (risos) Porque nesse reino da felicidade e da harmonia, nós tivemos tantas torturas, execuções etc.

Mas enfim, há também, portanto, aqueles que percebem as polícias como condenadas a representar o papel que representaram e têm representado no Brasil. Mas têm representado no Brasil em parte também porque nós não temos sido capazes de propor e construir uma alternativa. Para isso precisamos de um consenso amplo na sociedade, de alianças e de encontrar discursos que construam uma harmonia básica em torno de alguns princípios e de alguns passos. As diferenças são naturais e vão ser trabalhadas, os conflitos são naturais e a democracia vai jogar aí para o futuro os avanços. Mas é necessário que haja transformações profundas e isso requer um consenso e requer, portanto, a comunhão em torno de alguns passos. E nós na universidade temos sido muito pouco capazes de ajudar na formulação desse consenso, mesmo com aquela contribuição que nos seria própria. Porque somos muito divididos e porque ainda pesa na universidade essa ideia de que não há nada mais a se fazer com as polícias. Se elas foram até hoje o que foram – instrumentos de dominação, de reprodução de preconceitos, de racismo, de diferenças de classe etc. –, elas estão condenadas a ser assim para sempre. E os que não pensam dessa maneira e querem operar a transformação, não encontram às vezes a solidariedade daqueles que creem não só que seja uma tarefa impossível, como nociva, porque tendem a mascarar contradições etc. Às vezes isso aparece recoberto por uma linguagem pseudossobrefocada, mas, no fundo, está presente.

Há também um desprezo pela polícia por conta mesmo do preconceito social que se imiscui no campo acadêmico, no universo acadêmico. Quando a gente pensa que Hobbes, Locke e os filósofos políticos que inauguram a modernidade pensavam o problema da formação da ordem como uma questão crucial, e que, portanto pensavam o Estado também como aquele que monopoliza leis de força – e isso se estende a Marx e a Weber também –, nós nos lembramos de que não estamos diante de uma questão, de um desafio menor. É um desafio maior, um tema nobre e que deve ser valorizado. Há também aqueles que consideram todos esses problemas de comportamento, de violência etc., como secundários, como consequência de causas estruturais e que, portanto, também é uma perda de tempo nos devotarmos a essa esfera de fenômenos. Tudo isso dificulta. E dificulta também a ideia de certa esquerda de que é razoável criticar o Estado – e é necessário fazê-lo sempre –, o seu braço armado, a polícia. Mas é indesejável e é quase uma traição de classe focalizar criticamente comportamentos dos pobres, dizendo que são negativos etc. Uma vez que são vítimas das estruturas opressivas, culpá-los ou atribuir a eles alguma responsabilidade e definir a sua ação como uma ação problemática a ser contida, revertida, impedida etc., constituiria uma espécie de reprodução também da opressão ou vitimização da vítima, não é mesmo? Essa visão ainda impera.

Eu vou chegar ao centro da sua questão, mas acho importante colocar isso porque nós estamos falando para jovens. Então, acho muito importante apontar um caminho, e a

questão do campo é decisiva. A saúde se organizou como um campo no sentido não só intelectual, moral, valorativo, técnico, mas também no sentido político e institucional. Atores concretos de carne e osso, historicamente constitutivos, se aproximaram ao longo de todo o século, negociaram suas divergências, construíram um vocabulário comum, bandeiras comuns e afirmaram uma proposta para o país. E isso constitui até o que se chama “Partido da Saúde”, constituído por representantes de partidos diferentes que comungam, entretanto, alguns propósitos. E nós conseguimos, como nação, organizar o SUS, que é uma coisa extraordinária, com todas as dificuldades e problemas, é uma enorme construção histórica. Na assistência social, temos a Lei Orgânica da Assistência Social, conseguimos também um vocabulário, a ideia de direitos. E o que a saúde proclama em essência ou sinteticamente, o que esse movimento constitutivo desse campo proclama em consenso a respeito das divergências? Que a saúde é um bem público universal e deve estar acessível a todos. E na educação? A educação é um bem público universal, social e deve estar acessível a todos. E na assistência social todas as pessoas vulneráveis são detentoras de direitos e é preciso assumir responsabilidades coletivas pela mediação do Estado etc. E a Lei Orgânica evitando discriminação etc., isso se construiu ao longo de muitos anos, com muitas divergências, isso que estamos chamando de campo e que envolve todos esses componentes, inclusive, e sobretudo, uma bandeira mínima comum, um propósito comum. É que é muito compatível com a nossa melhor tradição cultural, e é compatível com a Constituição. Esses são bens públicos universais e coletivos.

Por que a segurança não pode ser definida assim? Basta isso! Se nós conseguirmos um consenso mínimo nesses termos: “olha, a segurança pública deve ser um bem universal acessível a todos, todos devem se beneficiar desse serviço, desse esforço do estado de prover a garantia de direitos”. É disto que estamos falando. Como devem ser implementados através de vários mecanismos que são muito perigosos porque mobilizam a força, então é preciso que haja muito controle externo, transparência, participação da sociedade. Mas o objetivo está claro e é muito compatível com a nossa Constituição, e isto muda profundamente o que acontece hoje. Se todos são titulares de direitos e todos têm igual direito à segurança, à sua integridade física, moral, à construção dos seus direitos, as polícias têm que funcionar tomando toda a população como destinatária dos seus serviços, sobretudo os mais pobres. As favelas, as comunidades e os espaços periféricos não serão invadidos em incursões bélicas e as mortes de inocentes não serão acidentes de percurso. Não serão os ovos que necessariamente se quebram para que se façam as omeletes. Cada vez que eu escuto isto de uma autoridade, eu penso: “é porque os ovos não são seus filhos, são os filhos dos outros”. Não é possível essa compreensão utilitária de desrespeito à vida. Todos são igualmente destinatários.

Se é assim, se há um princípio regente, se há uma hierarquia e a vida é superior a bens materiais, por exemplo, nós temos que mudar certas ações. Como é que um representante do Estado vai ao meio da massa atirar em alguém na busca de prendê-lo porque esse alguém é suspeito de ter furtado ou roubado uma bolsa ou uma mala? É uma confusão total em

relação a objetivos e prioridades. Você coloca em risco as vidas das pessoas e mesmo a desse suspeito, já que não há pena de morte para a prática desse tipo de risco e nem há outro julgamento para que se conclua que se trata de um perpetrador de risco.

Mas, enfim, indo do final para o começo, qual é o meu sonho, o que eu gostaria de ver no Brasil? A consolidação desse campo em perspectiva democrática, com a afirmação de uma natureza minimamente comum, porque dela se irradiam todas as orientações práticas, de políticas públicas, valorativas etc.

Por que isto não se constrói? Não digo nem as derivações, as consequências etc., mas nem isto? Nem entre as forças da esquerda? Na minha experiência – e isso é um testemunho – não se compreende suficientemente a importância desse campo para a democracia brasileira, para a vida da cidadania da sociedade brasileira e não se admite que esse seja um bem universal. Ou seja, que o burguês deve usufruir da mesma forma que o morador de uma favela, porque nós pensamos o contrário. Agora, quando a favela tem os mesmos direitos do burguês de ter sua vida preservada, o que é evidentemente verdade. Mas o contrário também é verdade, Segundo a Constituição; se nós queremos mudar o país, torná-lo menos desigual, há meios constitucionais e institucionais para fazê-lo. Se essa é a opção de cada um que se disponha a jogar o jogo institucional, o jogo da legalidade do estado democrático de direito, eu estou disposto a jogar esse jogo e esta é a opção desde os anos 70. Este é o meu compromisso. E acho que há setores da esquerda que não assimilaram de fato esse compromisso e por isto acabam dividindo e impedindo a unidade que tornaria talvez possível o advento de uma mudança profunda aí.

O campo ainda não se consolidou. Nós não temos ainda, de fato, um campo. As vezes são, ainda, como eu disse lá no Iuperj, emissoras de discursos babélicos, quando alguém traz um tema, outro evoca outro, outro ainda uma outra perspectiva que muitas vezes não são nem contraditórias. Mas isso, dada a complexidade do campo, gera uma dificuldade muito grande para que nós alcancemos o mínimo comum.

Por que não temos conseguido, mesmo independentemente da divisão da esquerda? Porque eu acho que aí há um jogo muito pesado que é o do mercado eleitoral, da forma como a política está construída, a forma pela qual a democracia está se desenvolvendo no Brasil, e isso nos leva a outros temas. Os representantes políticos acabam prisioneiros e isso gera oportunismos dos mais diversos. Nossos representantes estão presos às formações de opinião pública, ao mercado de votos e não dispostos a sacrificar suas carreiras pessoais. Partidos não são diques a essa subordinação populista, a formações eventuais de opinião pública. Não tem sido. Eles são mais estuários, exportadores de votos nesse varejão eleitoral. Os políticos que fazem um papel mais afirmativo são aqueles que não têm perspectivas de se tornarem candidatos majoritários e por isso o fazem. Mas justamente por isso não capitalizam apoio suficiente para contribuir decisivamente. E, além disso, o Executivo é muito forte no Brasil, aqueles que estão no governo e que poderiam alavancar processos políticos de mudança, vivem uma armadilha sobre a qual eu escrevo há muito tempo, que é a seguinte: nós temos o ciclo eleitoral em contradição com o tempo de maturação de po-

líticas públicas básicas mais densas e que envolvem reformas e transformações mais profundas. O ciclo eleitoral é bienal, de dois em dois anos as forças se reacomodam etc. Nenhuma liderança que assuma responsabilidade no Executivo pode entrar o segundo ano com debilidades. O risco é muito grande, inclusive pensando nos dois anos subsequentes. Por isto assistimos a ensaios de políticas inovadoras e interessantes nos primeiros anos de governo que são sucedidos por retrocessos, reacomodações, reconfigurações de alianças, no sentido regressivo, no segundo ano. O terceiro e quarto anos já se dão à sombra do rearranjo. Então, esses momentos fora da curva são sintomas desse soluço. Uma política pública profunda que envolva reforma na primeira etapa gera resistências, dificuldades, disfuncionalidades e até retrocessos no sentido de alguns resultados e por uma série de razões. Em todas as áreas. Por isso é necessária a continuidade e os frutos vão ser colhidos lá na frente. Quem é que está disposto a arcar com o ônus do desgaste político provocado pelas primeiras etapas da implementação de políticas públicas reformistas de longo curso e mais radicais? O gestor, o executivo não quer pagar esse preço, não quer entrar em desgaste e legar às futuras gerações do executivo os frutos do seu empreendimento, da sua iniciativa.

P: Então, estamos diante de uma verdadeira armadilha – funcional, institucional e política?

Luiz Eduardo Soares – Sim, nós estamos diante dessa tremenda armadilha. O governo federal, além dessa armadilha, ainda se vê diante de outro cálculo, que é o que tem sido empregado sistematicamente por todos os presidentes, indistintamente. Hoje a arquitetura institucional de segurança pública é completamente absurda, a mais irracional do mundo. A União pode muito pouco, na contramão do que se esperaria, porque ela tem muitas responsabilidades nas áreas-chave. Pode muito pouco ou quase nada, é impotente, salvo em situações de crise. Os municípios não existem, o que não quer dizer que na prática não sejam importantíssimos e que não tenham feito muito e que não haja Guardas Municipais que agem inclusive como polícia. Mas isto se dá ao desabrigo da Constituição. Elas são protopolícias militares conduzidas por oficiais, no caso pelo prefeito, mas isso não existe constitucionalmente. Nós estamos criando um monstro. O município é esquecido. A União é impotente. Toda a responsabilidade recai sobre os governadores e as polícias estaduais, que estão estruturadas num modelo absurdo de funcionamento, com as dicotomias que nós conhecemos.

Por que é uma armadilha pra o governo federal? Qual governo federal não vai se sentir muito confortável com esse arranjo? Não lhe cai nenhuma responsabilidade. E essa responsabilidade é tendente a provocar desgaste de capital político. Então qualquer veleidade reformista esbarra no cálculo utilitário. É mais conveniente evitar esse desgaste e deixar com os governadores o ônus. Então nós temos o ciclo eleitoral com choque do tempo de maturação das políticas públicas dessa modalidade, e temos ainda um certo arranjo que configura interesses, interesses que acabam ofuscando o processo de mudança. E um qua-

dro do sistema político regido pelo mercado de votos que tem valorizado o populismo, a demagogia etc. Se as esquerdas não se unem para mobilizar a sociedade em geral, para criar pela sociedade uma exigência dos seus representantes, nós não vamos operar mudanças. E as esquerdas não se entendem.

P: Seria possível, neste cenário, uma reflexão sobre a UPP e a impossibilidade de refundação das polícias, em particular da Polícia Militar; e de como essas UPPs foram se desenvolvendo aqui no estado, na região metropolitana do Rio de Janeiro?

Luiz Eduardo Soares – Eu acho que, em primeiro lugar, UPP significa a supressão de uma prática criminosa e irresponsável que eram, e ainda são, as incursões bélicas nas comunidades, nas favelas. Nós sempre lutamos pela supressão dessa forma de agir, porque nessas incursões morrem os inocentes, morrem também os suspeitos e até eventualmente morrem os policiais, sem que haja nenhum benefício, porque no dia seguinte o processo anterior volta a se reproduzir e os que foram eventualmente presos ou mortos, ou que tivessem envolvimento com tráfico de drogas ou algo assim, vão ser substituídos como peça de reposição e as dinâmicas têm continuidade. E voltam com uma mudança negativa, com mais ódio, mais dor, mais preconceito separando a cidade nobre, burguesa, da cidade pobre, da favela, o mundo que é visto de forma preconceituosa. Então, tudo isso se aprofunda com a dramatização da divisão. A invasão é uma dramatização pública da divisão da cidade, de uma configuração cultural que serve à discriminação que tem reproduzido essa desigualdade toda etc. Então, acabar com isto e pensar que esta área é um bairro e que merece a provisão de um serviço público durante 24 horas como Copacabana, Leblon ou Gávea, é um avanço extraordinário. Não é nada demais, mas significa a supressão daquilo que era muito, demais. Então a suposição é: “esta é uma área que merece a presença policial durante 24 horas. Vejam, há duas formas de pensar presença policial: a ocupação militar opressiva, quase um Leviatã móvel, ou a provisão do serviço de proteção de direitos e de proteção dos sujeitos de direitos. Essa segunda é a visão compatível com a Constituição, que deveria ser aplicada.

A questão da UPP é, em primeiro lugar, uma concepção correta, mas como a polícia se comporta nessas áreas? São duas questões diferentes e se nós não as distinguimos analiticamente, seremos levados a jogar fora a água da bacia com o bebê dentro. Daqui a pouco vamos observar que há terríveis práticas de policiais em UPPs, e vamos passar a ser contra as UPPs. É como muitos que são contra a polícia, pelo que ela sempre fez, praticou a violência etc. De uma maneira geral, foi assim. Mas não precisamos ser contra ela porque sempre foi assim, ela precisa ser transformada. A UPP é um ganho, uma conquista no sentido de que redefine a comunidade como destinatária do serviço público. Agora a questão é ver como isso funciona. E aí nós entramos num terreno muito delicado, porque as polícias não foram transformadas. As práticas tradicionais continuam em curso fora das UPPs, e mesmo dentro delas; a despeito de não haver mais as invasões, a velha mentalidade continua presente.

Eu vi agora um documentário excelente que a Maria Augusta Ramos terminou e vai ser exibido na televisão sueca e depois vai entrar em circuito. Nós somos amigos e ela me mostrou essa versão em que ela trabalha com os pracinhas por um ano acompanhando. Então você vê a prática policial tradicional no dia a dia, que continuam as mesmas. Os policiais continuam sendo treinados em três meses. Como é que você pode se preparar para uma tarefa tão desafiadora, delicada e difícil em três meses e com essa estrutura militar e essa forma de organização que contradiz os pressupostos constitucionais por várias razões? Eu tenho escrito sobre isto. Então, acho que nós temos muitos problemas no funcionamento das UPPs que não têm a ver com o modelo da UPP, mas com as polícias que nós temos. Não dá para tirar do centro da agenda a reforma policial, a refundação policial. Isso é absolutamente crucial e não dá para jogar fora a UPP como uma espécie de repetição do erro. O erro é a polícia. A UPP é uma tática, uma estratégia, uma abordagem diversa, que deve ser preservada. Nós tentamos isso, fizemos o Mutirão, o GPAE, em forma limitada, que acabou sendo desconstituído, mas agora, com apoio político, isto está indo adiante. Nós temos é que acompanhar. As comunidades estão envolvidas, a sua crítica vai ser muito importante e então pode ser que haja aí uma negociação para que o quadro melhore.

O secretário Beltrame tem toda razão – nós sempre defendemos isso – quando ele diz que o propósito não é prender traficante, nem acabar com o tráfico de drogas, porque isso é infactível, não faz sentido, e que a tarefa é evitar o domínio territorial da comunidade por quaisquer grupos armados, milicianos ou traficantes, ou qualquer outra modalidade. Agora é preciso então voltar ao velho tema da mudança policial da fundação, organização etc. Se não for desse modo, as coisas não avançam. Eu acho que é importante registrar porque as novas gerações não têm nenhuma noção e, mesmo que tenham, não se lembram, mas eu acho que politicamente é muito interessante entender por que não levamos adiante o Mutirão pela Paz, já que fazia tanto sucesso. Eu tenho guardados os jornais e as manchetes são as mesmas: celebrada a paz, as pesquisas mostrando grande contentamento. Eu recebi todo tipo de prêmio...

Sabe aquelas iniciativas que são consensuais? Por que não foram levadas adiante? Por conta do seu sucesso! Por que o Garotinho se transformou tão profundamente?

Bom, há muitas variáveis aí, inclusive pessoais, psicológicas etc., mas em parte por conta do sucesso do seu primeiro ano de governo. Em novembro do primeiro ano de governo eu já não era subsecretário, já era coordenador, porque que propus uma reorganização para que houvesse uma desintegração, e eu acabei sendo indicado para Coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania, que aglutinava algumas secretarias. Não funcionou porque gerava disputas políticas. Mas, enfim, havia cinco coordenadores em novembro de 99, e numa manhã, acho que mais para o final do mês, o governador nos chamou para um café da manhã, cedo, e estava exultante porque tinha saído uma pesquisa não sei de que instituto que mostrava que seu governo era o mais bem avaliado de todo o país naquela oportunidade. E ele estava muito feliz, com toda razão, nos cumprimentou e nós ficamos alegres com um trabalho que era feito, pelo menos por alguns de nós, com tanta energia. E

aí a próxima frase é já o prenúncio do inferno. Ele diz: “então eu sou candidato à presidência da República”. Isso no final do primeiro ano de governo e num quadro em que já havia o candidato à presidência da República da esquerda, era o Lula, em 2002. Nós estávamos em final de 99, mas o Lula, em 2002, seria o candidato, já existia toda a negociação em curso, não havia dúvida. O governador era membro de uma aliança em torno de projetos variados, mas que tinha Lula como figura central. Então o governador teria que buscar um espaço à parte, que não seria à esquerda, seria ao centro. Quem era o seu adversário na Assembleia Legislativa? O PMDB, Sérgio Cabral, Picciani etc. Eram os seus grandes adversários na Assembleia. Porque o governo era de esquerda, estava com partidos de esquerda e havia esse confronto com o PMDB aqui. O primeiro movimento posterior a esse café da manhã foi que o governador foi conversar com centro político, com o PMDB, e vai fazer escolhas políticas muito diferentes a partir daí. E aí as nossas relações acabaram entrando em uma rota de conflagração por razões conhecidas etc., e eu acabo saindo do governo poucos meses depois, em março de 2000.

Mas é interessante observar como às vezes o sucesso, provisório, parcial, pode ser um prenúncio do fracasso. Um cálculo carreirista, individualista que ele fez, absolutamente equívoco, que o levou a se precipitar em uma aventura que o conduziu a esse poço insuperável de rejeição. Ele será candidato ao governo do estado, vai ter uma expressiva votação, mas a rejeição sufocará qualquer pretensão à vitória no segundo turno. O segundo aspecto: por que foi paralisado o Mutirão pela Paz? Porque estava dando certo. Veja como ele se dá: esse processo começou a ganhar mídia, o que é óbvio, nunca tinha acontecido. Se hoje continua dando mídia, vocês imaginam naquela época. Nós íamos com os comandantes policiais e outras autoridades do governo para conversar, discutir, reorganizar a relação. Isso era absolutamente novo. O Junior, do Afroreggae, muito generoso, costuma dizer que essas nossas ações, não só essas do Mutirão, esse tipo de ação em geral, foram inspiradoras para ele, para o Afroreggae e para toda a movimentação de jovens em comunidades, que começaram a ver de outra maneira a possibilidade de definir suas relações com o próprio estado. E era um momento que tinha o seu encantamento, o seu dinamismo, a sua força. A mídia, então, cobria diariamente os nossos encontros nas favelas. Nós fazíamos diariamente RJTV1, RJTV2, eventualmente alguma edição do Jornal Nacional, os jornais escritos, os jornais populares...

Logo depois de umas duas semanas que isso se tornou de fato permanente, a vice-governadora, Benedita da Silva, me ligou e disse: “Eduardo, você tem que me chamar, tem que me convidar. Quem é a grande liderança de favelas no campo da política no Rio de Janeiro? Sou eu, Benedita. Então eu faço questão de estar presente. Isso é muito importante”. E eu disse: “claro, eu não chamei a senhora porque o nosso trabalho está sendo muito cotidiano e voltado para medidas muito práticas e a sua presença podia se dar em algum momento de celebração, mas se a senhora deseja, vai ser um prazer, só vai fortalecer a nossa ação”. Pensei equivocadamente. Veja o engano. Benedita, então, começa a me acompanhar, eu deixei o “senhora” de lado, nós estávamos subindo o morro todos os dias juntos e ela era

a atração da cobertura da imprensa. Não tanto quanto eu, porque a imprensa, muito cuidadosa, me definia como técnico e definia a Benedita como um ser político, com pretensões políticas e, portanto, procuravam esvaziar a sua participação. Mas era impossível negar a sua participação. Então nós estávamos sentados à mesa e eles não podiam focar só em mim, e ela de alguma maneira estava presente. E a visibilidade era muito grande. Em metade do ano isso já tinha alcançado um patamar realmente muito elevado, quando o Garotinho me chama ao palácio e fala: “olha, parabéns, eu não imaginava que os mutirões pela paz pudessem alcançar esse nível de importância. Politicamente está sendo muito importante, há aí um caminho a seguir e eu queria te parabenizar e a toda a equipe. Mas preciso te dizer que a gente tem que ir mais longe, a gente tem que ter mais ambição, tem que organizar melhor”. E eu falei: “claro, nós não podemos nos perder no voluntarismo, hoje já está consolidado para nós darmos esse salto”. E ele: “então nós vamos fazer o seguinte: nós vamos parar, vamos dar uma “freada de arrumação”, eu vou inclusive dar outro nome para que isso tenha mais impacto. Vai se chamar Vida Nova [se não me engano, que é um nome que tem um certo eco evangélico]. E nós vamos reestruturar isso em largas bases”. Bom, vocês já sabem o final da história.

Nós paramos o Mutirão, não foi colocado nada no lugar, no ano seguinte ou no final desse ano, nasceu de fato esse outro programa populista, demagógico, clientelista no sentido mais retrógrado e antigo. Eu tive ali o primeiro confronto com o Garotinho em termos muito duros em torno disso para fazer política eleitoral no velho estilo, com indicações pessoais dele e sem presença oficial. O componente policial de segurança pública que era matricial na ideia porque falavam do Mutirão. Por quê? Porque a segurança evitava a imposição pela força e o domínio territorial de qualquer grupo armado do tráfico ou o que fosse, e a polícia permaneceria, naquele momento nós iríamos treiná-la para que o seu trabalho fosse comunitário; mas num primeiro momento, era um trabalho que nós supervisionávamos, criamos ouvidorias etc., tentando evitar desmandos e desrespeitos nas relações para que educação, saúde e infraestrutura fizessem o seu trabalho, já que havia tantos obstáculos ao cumprimento dessas responsabilidades. Então, por isso era um mutirão e nós íamos, inclusive, com projetos interessantes e inovadores na área do trabalho etc. Bom, se a segurança não está mais presente, como é que nós vamos ter os outros serviços prestados num ambiente de controle territorial armado por grupos quaisquer, não é? Então esse novo programa passou a conviver com o velho *status quo* da insegurança nessas áreas com controle territorial armado, e o trabalho passou a ser de cadastramento de beneficiários de programas clientelistas de candidatos que tinham alianças etc. E se montou uma máquina lamentável no sentido mais tradicional.

Então nós perdemos aquela possibilidade. Quando eu saí do governo, nós tínhamos conseguido, em termos de execuções extrajudiciais ou, não posso generalizar, autos de resistência, que são mortes em ações policiais, nós tínhamos o menor número dos últimos vinte anos. Era um número muito alto, cerca de 270, ou algo assim, um número elevadíssimo, mas muito inferior aos números anteriores e nos anos subsequentes. Tudo por conta

do foco político nosso, dessa nossa luta diária nesse *front*. Quando eu saí, a velha ordem se impôs e houve uma liberação geral para a brutalidade, para a violência, e os números explodiram. E também de homicídios dolosos, porque a ideia era “você vão controlar a polícia, mas vão permitir que o crime avance. Você, na verdade, vão colaborar com os bandidos”. E não foi nada disso. Se mantiveram os índices de 98, mas na violência policial houve um declínio enorme e, no ano subsequente, 2000, houve uma explosão. O Garotinho percebeu isso, se desgastou com a minha saída e ele rompeu com o PT por conta da história da pretensão presidencial e com os demais partidos de esquerda de uma maneira geral, houve uma degradingolada no governo.

Na área das periferias, das comunidades, a violência grassou com muita queima de ônibus etc. Então, ele chamou o Carballo, hoje coronel Antonio Carlos Carballo Blanco, querido amigo, meu ex-aluno, nosso colega, que trabalhou comigo todo o tempo e disse: “Carballo, começa de novo um trabalho desse tipo”. O Carballo deu o nome de Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), nós já tínhamos discutido esse nome e ele foi muito cuidadoso porque havia outros nomes que poderiam ser discriminatórios. E ele começou no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, nessa área, a fazer um trabalho parecido com a UPP, com o Mutirão, e foi um grande sucesso. E suspendeu aquela dinâmica de homicídios dolosos etc. Cesar Maia, então, percebeu que o GPAE tinha um espaço. Só os governantes é que não perceberam que havia aí um caminho. O GPAE foi um sucesso não por conta da polícia, mas a despeito da polícia. No primeiro mês, o Carballo prendeu trinta policiais e ele recebia policiais que eram enxotados de outros batalhões com problemas muito graves; a cúpula da polícia mandava para o GPAE para inviabilizar o projeto, mostrar que aquilo era um sonho de intelectuais, de militantes de direitos humanos— muitos policiais têm isso, de achar que se trata de um sonho idealista e absurdo. Mas ele foi firme e conseguiu evitar a decadência do processo. Foi um grande sucesso, ainda que localizado. Cesar Maia começou a hostilizar o GPAE durante o ano de 2001 escrevendo na *Folha de S. Paulo* e n’*O Globo*, dizendo que o tráfico de drogas ia muito bem, obrigado, e que aquilo era uma embromação. Mas o nosso propósito era outro, não era controlar o tráfico de drogas. Era evitar o domínio territorial armado na cidade e isso estava sendo feito e reduzimos a violência. Mas houve uma disputa política aí. Então, acho interessante observar como às vezes um programa é suspenso não porque seja malsucedido, mas por ser bem-sucedido. E isso gera efeitos perversos não antecipados.

P: Luiz Eduardo, muito obrigado.